



Teoria da escolha racional, voto econômico e a psicologia política brasileira: determinantes do voto no Brasil¹

Rational choice theory, economic vote and brazilian political psychology: determinants of voting in Brazil

Teoría de la elección racional, voto económico y psicología política brasileña: determinantes del voto en Brasil

André Felipe Rosa²

 <https://orcid.org/0000-0003-2319-113X>

 <http://lattes.cnpq.br/3361155786236088>

Universidade Católica de Brasília, UCB, DF, Brasil
E-mail: andrecpol@gmail.com

Resumo

Este artigo visa discutir teorias do comportamento eleitoral. Como fonte teórica, serão abordadas a teoria da escolha racional, o voto econômico e a psicologia política brasileira. Nesse sentido, o artigo visa fazer a interlocução com as três correntes do pensamento político para servir de subsídio para os estudos do voto no Brasil.

Palavras-chave: Teoria da Escolha Racional. Voto Econômico. Psicologia Política Brasileira.

Abstract

This article aims to discuss theories of electoral behavior. As a theoretical source, rational choice theory, economic voting and Brazilian political psychology will be addressed. In this sense, the article aims to make a dialogue with the three currents of political thought to serve as a subsidy for the studies of voting in Brazil.

Keywords: Rational Choice Theory; Economic Vote; Brazilian Political Psychology.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir las teorías del comportamiento electoral. Como fuente teórica, se abordarán la teoría de la elección racional, el voto económico y la psicología política brasileña. En este sentido, el artículo tiene como objetivo hacer un diálogo con las tres corrientes de pensamiento político para que sirva de subsidio para los estudios de votación en Brasil.

¹ A revisão linguística foi realizada por André Felipe Rosa.

² Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Mestre em Psicologia (Linha de pesquisa em psicologia política (eleições), participou de Núcleos de Pesquisa Pibic como bolsista nos seguintes temas: Relações clientelistas baseado no voto e Laboratório de Comportamento Político e Políticas Públicas - LAPCIPP da Universidade de Brasília, tendo pesquisado sobre estudos raciais e cotas nas Universidades Federais. Linha de trabalho acadêmico: Pesquisa qualitativa, análise de discurso. Domínio do software de pesquisa qualitativa: Iramuteq. IRaMuTeQ é um software livre ligado ao pacote estatístico R para análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Foi desenvolvido pelo Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales da Universidade de Toulouse. Principais linhas de pesquisa: Comportamento político, análise de discurso, análise política, processo legislativo.

Palabras clave: *Teoría de la elección racional. Voto Económico. Psicología Política Brasileña.*

Introdução

Este artigo visa fazer uma revisão de algumas teorias que explicam o fenômeno do voto no Brasil. Para fundamentar o processo de formação das preferências do eleitor na escolha do voto, serão abordadas as teorias da escolha racional, o voto econômico e a psicologia política brasileira.

Diversos estudos têm apontado para uma nova forma do eleitor escolher os seus candidatos, e diversos modelos de análise foram descartados pela ciência política, sobretudo pelo advento das campanhas de marketing político nas mídias sociais. Ou seja, o horário eleitoral, algo caro aos sistemas políticos, perde força para a democratização do acesso à internet, tanto pela parte do público jovem, como pelos idosos, que conseguem alcançar cada vez mais espaço nessas plataformas.

É sabido que, com a rotina diária de muito trabalho e, às vezes, com as intensas rotinas do lar, o eleitor, sobretudo o eleitor médio, passa a se informar cada vez mais pelos grupos de WhatsApp, telegrama, Instagram e demais redes de acesso imediato, ou seja, a informação está cada vez mais disponível ao usuário. Desta forma, diversos estudos comparados tiveram que ser atualizados para uma realidade atual.

Apesar dos novos meios de comunicação, a teoria política é sempre atual, tanto pela questão envolvendo o comportamento, como os estudos de diversas democracias pelo mundo. Nesse sentido, a teoria da escolha racional, o voto econômico e a psicologia política jamais perderão a validade, uma vez que apenas os meios de comunicação evoluíram, mas, os determinantes que compõem a estrutura do voto, continuam intactas.

Portanto, é um erro associar meios de comunicação com quebra de paradigmas teóricos, que não se confunde com métodos de propagação de notícias e marketing político. O rádio apenas evoluiu para o celular, principal instrumento de campanha na atualidade.

Teoria da Escolha Racional, Voto Econômico e a Psicologia Política Brasileira: Determinantes do Voto no Brasil

O Sistema Político Brasileiro

Para compreender o fenômeno do voto, é importante ilustrar como é o sistema político brasileiro e como esse voto direcionará a forma de atuação do Estado Brasileiro. A democracia é caracterizada pela participação do povo. A soberania popular constitui a razão de ser um Estado democrático, uma vez que seu regime deve funcionar pelo exercício do poder direta e indiretamente pelo povo. Democracia direta é uma das formas de consolidação do sistema democrático.

A democracia direta, nos moldes da Grécia Antiga, deverá ser conceituada como um modelo exercido através do povo e todas as deliberações deveriam passar pelo crivo dos cidadãos. Apesar de toda a clareza que uma democracia direta poderia acarretar, em democracias de larga escala, populosas e com território vasto, a democracia direta não é viável (Sena & Nelson, 2018).

Como apontam o pensamento de Bobbio (2009), na democracia direta há participação de todas as pessoas e em todas as decisões que a ele são afetadas. No entanto, Bobbio acha a proposta insensata por ser materialmente impossível que todas as pessoas decidam sobre todos os assuntos numa sociedade, como também não seria adequado do ponto de vista ético e intelectual da humanidade.

A democracia representativa nasce em face da inviabilidade da população deliberar em todos os assuntos relacionados ao Estado, tanto no que diz respeito à territorialidade, quanto da complexidade dos assuntos. Nesse sentido, vota-se para eleger os representantes que irão deliberar os mais variados assuntos que envolvem a política e o bem comum. Nem todos são políticos ou se interessam por ela a ponto de estarem aptos a ela decidirem.

O Brasil contemporâneo é caracterizado por eleições gerais periódicas, variável elementar para se conceituar a democracia representativa indireta como sistema de governo no Brasil. A democracia indireta é a adotada no Brasil e, nesse modelo democrático, chamada de democracia representativa, o poder de soberania continua a ser do povo, mas o governo é exercido por representantes eleitos pela população nos tempos eleitorais. Para que haja democracia representativa é necessário que ocorram eleições periódicas, sufrágio universal, que tenha a existência de partidos políticos e os mandatos com tempo determinado (Sena e Nelson, 2018).

Após o período da redemocratização (pós-1985), houve perenidade no ambiente democrático. Embora questione-se a insegurança jurídica no Brasil, sobretudo após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), ainda assim sustenta-se uma égide democrática, uma vez que existem eleições periódicas de quatro em quatro anos, direito a impedimentos constitucionais e um direito de ir e vir. (Sena & Nelson, 2018).

De acordo com Belo (2016) a qualidade da democracia depende da questão responsiva dos governos. A qualidade democrática exige um governo responsivo com as demandas dos cidadãos e o voto correto tem potencial de gerar esse elo de responsabilização entre representantes e representados, um requisito mínimo para o funcionamento da democracia. O voto é fundamental para o funcionamento do sistema democrático, sem ele não há democracias, nem direta, tampouco indiretas. O sistema democrático é muito além do que o depósito do candidato na urna eletrônica, envolve toda uma liberdade de arena deliberativa.

As variáveis que levam o eleitor a ir votar seriam os recursos individuais, a mobilização política e a motivação instrumental. Recursos como conhecimento, tempo disponível e recursos patrimoniais influenciam diretamente de forma positiva as chances de um eleitor comparecer às urnas. Seguindo a mesma linha, a teoria sobre as mobilizações diz respeito em como a mídia televisiva, os partidos, bem como grupos de interesse entusiasma os eleitores a votar, baixando assim os custos referentes a participação. (Franklin, 2002).

Estudo do voto no Brasil pela Psicologia Política Brasileira

Apesar de utilizar da utilização de referenciais norte-americanos da teoria psicossociológica do voto para tentar compreender as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, é importante acompanhar como a classe intelectual brasileira tem conjecturado esforços para compreensão desse fenômeno que é o voto. Portanto, em

uma breve introdução, busca-se dialogar como a psicologia política brasileira em um primeiro momento para tentar abordar como esse tema também tem se desenvolvido no âmbito da academia brasileira, em muito, se apoiando na teoria internacional. Dois dos pilares no âmbito da psicologia brasileira são sem dúvidas, Leôncio Camino e Salvador Sandoval, ambos, pioneiros no estudo do comportamento político no viés da psicologia política no Brasil.

Nesse sentido, historicamente no Brasil o tema tem sido estudado por um grupo de pesquisadores em psicologia política, que formaram a primeira disciplina no país sobre o tema na década de 1960. A primeira disciplina intitulada “psicologia política” na década de 60 foi ministrada como matéria eletiva, do curso de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Cornelis, 2016). Apesar da relevância do pioneirismo, a dificuldade dos estudantes com a bibliografia em outros idiomas dificultou o início da psicologia política no âmbito da academia brasileira. Veiga (2017) cita o autor Salvador Sandoval em um escrito que diz que o advento da psicologia no Brasil teve o seu início no âmbito da academia juntamente com a psicologia comunitária, vertente da psicologia social.

As instituições pioneiras a desenvolver o tema são a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul (PUC/RS). Três nomes destacaram-se nessa nova forma de analisar os fenômenos políticos, sendo eles: Leôncio Camino, professor de psicologia política da Universidade Federal da Paraíba, Salvador Sandoval, professor e coordenador do núcleo de psicologia política da PUC/SP. (UFMG).

Em 1978, Salvador Sandoval, professor da PUC/SP, dá o início as primeiras cadeiras sobre comportamento político e, paralelo a ele, o também pesquisador Leôncio Camino, da Universidade Federal da Paraíba tomam frente a passam a construir uma disciplina que fosse capaz de analisar os fenômenos políticos e como o comportamento influencia nesse processo científico. Posteriormente o professor de psicologia, Pedrinho Guareschi inicia seu grupo de pesquisa em psicologia política da PUC/RS. (Veiga, 2017).

O foco de estudo em um primeiro momento foi direcionar disciplinas com ênfase em intervenções comunitárias, influenciada, principalmente, por Martin-Baró, teórico este que trouxe grandes avanços para a psicologia na América do Sul. Uma das críticas desse autor é a distância da psicologia com a realidade de fato da população, o que o fez apontar uma elitização da psicologia. Martin-Baró desenvolveu o que chamou de “psicologia da libertação”, no qual aprofunda o significado de conscientização, no qual ele avalia como um processo político, que é coletivo e reflexivo para induzir a ação para melhorias e transformação das maiorias populares (Sandoval, Hur, Dantas, 2014, P.18).

Em 1989, no II Simpósio da ANPEPP, foi criado o Grupo de Trabalho sobre Comportamento Político, que tinha como principal atribuição o seu desenvolvimento científico e teórico na área da Psicologia Política, definindo a como a área do conhecimento que estuda o comportamento político.

Desde a criação do grupo de trabalho em comportamento político, em 1989, o núcleo defende a Psicologia Política como o “estudo dos aspectos subjetivos dos

fenômenos políticos”, compreendendo que os seus conceitos pertencem à arena política.

Com o aumento significativo de pesquisas na área do comportamento político, foi fundada no ano de 2000 a Associação Brasileira de Psicologia Política, a qual reúne estudantes e pesquisadores que tem como objetivo difundir as práticas da psicologia política no Brasil. Foi criada em 2001 a Revista Psicologia Política, periódico que tem como principal objetivo é congrega grupos de pesquisa e pesquisadores que se interessem pelo desenvolvimento da psicologia política no Brasil e no mundo.

Um dos objetivos também é integrar com outras áreas do conhecimento, obtendo assim uma visão interdisciplinar desse objeto de estudo. A academia brasileira, de fato, através dos estudos do comportamento político, objeto desta pesquisa, vislumbra a temática como essencial para a compreensão dos fenômenos políticos, de modo a entender a estrutura de funcionamento das democracias e como essa estrutura pode influenciar no comportamento político e eleitoral. Outro fator de grande relevância a ser apontado é o estudo da Opinião Pública, objeto de pesquisa da Psicologia Política e do Comportamento Político.

Passada a parte histórica dessa área do conhecimento no Brasil, abordam-se agora teorias criadas no âmbito internacional sobre a explicação do voto, buscando identificar também o diálogo dessas teorias com autores brasileiros.

A Teoria da Escolha Racional e o Voto Econômico

De acordo com Ferejohn & Pasquino (2001) a teoria da escolha racional se inseriu nos estudos da Ciência Política a partir da Economia, através da produção acadêmica de Anthony Downs, Gordon Tullock, George Stigler, Mancur Olson e James Buchanan. De acordo com ele, os eleitores são racionais e agem intencionalmente, visando a maximização de seus interesses para que o voto possa ser para ele vantajoso.

O eleitor quer saber o que ele vai ganhar, e quanto vai ganhar com essa atitude política de votar em determinado candidato que mais se aproxime da sua agenda pessoal. “Os benefícios que os eleitores consideram, ao tomar suas decisões, são fluxos de utilidade obtidos a partir da atividade governamental” (Downs, 1999, p. 57). No que se refere ao comportamento eleitoral, a teoria explica que o eleitor é um ser racional, que irá sempre buscar a melhor alternativa que acarrete em seu próprio benefício.

As ideias de racionalidade em Downs muito se aproximam da teoria do voto econômico, em que o processo de tomada de decisão do eleitor se dá em conformidade com a possível maximização de ganhos em um pleito eleitoral, e, por consequência, até financeiros, por meio da expansão da economia e da geração de empregos, redução de tributações e impostos, etc.

Nesse sentido, a reeleição de governos explica-se quando os resultados da economia satisfazem as famílias financeiramente, tendo geração de emprego e renda. Ao passo que a atividade econômica coloca a saúde financeira da família em voga, esse modelo de escolhas passa a ser repensado no âmbito da teoria da escolha racional (Carreirão, 1999).

A centralidade do voto econômico para compreensão das escolhas eleitorais tem sido discutida. Castro argumenta que o processo de tomada de decisão do eleitor seria realizado no espectro sociocultural de cada indivíduo, levando em consideração os níveis de informação que recebem no seu meio social, os aspectos cognitivos e reflexivos de cada eleitor. Admite essa expansão da racionalidade ao tentar fugir da correlação entre o meio econômico, da maximização dos interesses e da minimização de perdas. Apenas o impasse econômico não é suficiente para conceituar a racionalidade ou as várias racionalidades presentes nas ideias dos indivíduos (Castro, 1992).

A racionalidade substancial não tem como foco essencial explicar como os eleitores tomam as suas decisões, mas como os eleitores deveriam tomar as suas decisões, aborda as preferências e características objetivas do momento e supõem que a informação seja perfeita ou quase perfeita acerca do universo. Os eleitores tomam decisões racionais quando eles maximizam a sua instrumentalidade ou utilidade.

Não obstante as preferências dos indivíduos, essa teoria não tem grande preocupação com as outras características individuais. Ou seja, tal racionalidade não pretende compreender como os eleitores tomam as suas decisões, elas estão mais inclinadas em como os eleitores deveriam tomar as suas decisões. Decisão mais parecida com a das ciências econômicas. Por sua vez, a racionalidade procedural tem maior preocupação com as características dos indivíduos, e mais especificamente, com as suas autolimitações internas.

Os teóricos dessa linha consideram que não é apenas relevante conhecer as preferências das massas, mas também de seu conhecimento da situação e de suas capacidades mentais para compreendê-la. Conceituam indivíduos como seres racionais a partir do momento em que eles têm razões para a tomada de decisões.

A psicologia pretende investigar de forma mais acentuada em como as pessoas tomam as suas decisões e menos na finalidade dessas deliberações. Os indivíduos têm certa limitação no processamento de informações (fundamento da racionalidade procedural). Nessa visão, o problema reside, em alguma medida, ao passo que os indivíduos perseguem dois objetivos dito contraditórios, sendo o primeiro o desejo de tomar uma boa decisão e o segundo o desejo de chegar a esta decisão com esforços cognitivos mínimos.

Assim, os indivíduos buscam simplificar a tomada de decisão por três processos. No primeiro deles, a decomposição, indivíduos consideram mais fácil avaliar os componentes de uma decisão do que a decisão na sua integridade. No segundo, a edição, observa-se o ato de ignorar alguns componentes da decisão. E finalmente, no uso de heurística, verifica-se o uso de regras simples para estimar fenômenos complexos.

Lau & Redlawsk, (2005) apontam exemplos de uso de heurísticas na decisão do voto que o eleitor frequentemente faz uso na hora de decidir o seu voto, tal como explica pesquisa abaixo: a saber: (1) referências afetivas, ou seja, não é olhar apenas o candidato, mas os atributos do candidato que levam a uma escolha.; (2) Endosso, ou seja, estudar e aprender acerca do candidato que é endossado por um grupo específico, estudando também a atitude do político com o grupo que o está apoiando. O endosso é quando os eleitores se apoiam por recomendações de pessoas

respeitadas, tal como partidos, líderes religiosos, comentaristas políticos, ou jornais de cunho confiável.

Identificação partidária ou ideológica, voto nas minhas convicções de um mundo ideal e de acordo com a agenda da representação política; 6) Estereótipo (voto baseado no gênero, raça, idade, aparência do candidato, etc.) esse tipo de voto, segundo os teóricos, os eleitores realizam uma grande economia cognitiva, ou seja, ao se votar por estereótipo o eleitor deixa de pesquisar sobre as suas capacidades, realizando esforços cognitivos mínimos, voltando-se pelo atributo, ao invés de procurar pesquisar individualmente; 7) Viabilidade (voto no candidato que tem mais chances de vencer a eleição). Esse voto é muito comum, por isso as pesquisas eleitorais podem ter poder de influência sobre o voto (Oliveira, A.; Gadelha, C.; Costa, S, 2015).

O ato de votar é entendido como similar a outras decisões do dia a dia, podendo até ser uma ação pouco relevante para muitos eleitores. Entretanto, as pessoas querem participar do processo e até tomar boas decisões, mas ao mesmo tempo não querem gastar muito esforço cognitivo, como mapear candidatos, propostas, avaliação das informações, etc., para chegar a uma decisão. Nesse sentido, os autores dividem em decisões e julgamentos. O julgamento como sendo uma avaliação de um determinado objeto segundo uma dimensão e, uma decisão, seria uma escolha entre uma ou várias alternativas, ou seja, o julgamento e a decisão, embora relacionados, não são a mesma coisa (Lau & Redlawsk, 2005).

Existem três características de combinação do voto, sendo a primeira a característica demográfica que os eleitores estão inseridos, nisso, inclui também a aproximação partidária dos indivíduos. O segundo fator de combinação do voto seria a sofisticação política e, pôr fim, os fatores referentes ao processo de campanha eleitoral (Lau & Redlawsk, 2005). O processo de publicidade nas campanhas eleitorais é chave nesse processo de convencimento. A grande quantidade de dinheiro investido em propaganda aponta para o grau de confiança dos candidatos na possibilidade de persuadir as pessoas. A premissa é de que é possível influenciar com regularidade e com intenção de fazê-lo. (Rodrigues; Assmar; Jablonksi, 2009).

Para Miller e Niemi (2002), a escolha do voto é uma decisão variável, algo a depender do perfil dos eleitores, bem como os contextos nos quais eles estão inseridos. A escolha por votar em X é função das predisposições dos eleitores, fatores de curto prazo ou o engajamento da mídia em determinado candidato, bem como do contexto sócio geográfico, sem desconsiderar as possíveis limitações impostas pelos partidos políticos e seu sufrágio.

Várias predisposições são consideradas no momento da escolha do voto, tais como os interesses econômicos, religiosos, linguísticos, étnicos e outros, como clivagens sociais; valores e ideologia; identificação. A identificação mais importante é a identificação partidária. Fatores de curto prazo são relevantes para a escolha dos eleitores, como corrupção, economia, desemprego, renda, tributação, candidatos e as campanhas eleitorais (marketing, neuro política, etc.).

Tais efeitos propiciam o ambiente adequado para a formação das preferências do eleitorado. A limitação nas escolhas deve ser observada pela academia, uma vez que os partidos políticos, através do seu respectivo sistema eleitoral, impõem

limitações contundentes para a população, uma vez que são os partidos que definem as opções do eleitorado, e não o contrário (Miller & Niemi, 2002).

Já para Lewis-Beck et al (2008) é possível pensar em fatores ou determinantes de curto e longo prazo para a explicação das escolhas eleitorais. Tais fatores teriam uma distância temporal com a decisão eleitoral. Existem diversas formas em mensurar a estrutura das escolhas do eleitor, tendo determinantes com maior relevância do que outros, em grande maioria os fatores de curto prazo. O principal objetivo é entender quais dessas variáveis influenciam na decisão do voto.

Para que se possa entender as eleições de 2018, é preciso expandir os horizontes teóricos além do econômico, considerando uma agenda influenciada por ideias de cunho moral conservador. A moralidade buscada no último pleito, que abarcou o interesse das famílias tradicionais na reprodução de valores morais nos costumes, na sexualidade, na educação das crianças nas escolas, na arte, indicou a preferência para o convencionalismo.

Levando em consideração os vários tipos de racionalidades, os eleitores que votaram nas últimas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, buscando uma agenda conservadora, mostrou adesão a uma proposição política autoritária em aspectos de combate à violência e à corrupção. Em relação à racionalidade individual e coletiva, a escolha do eleitorado não buscou apenas em compensação financeira, uma agenda pessoal refletida no campo moral.

Para dialogar com as eleições, é importante considerar a diversidade de racionalidades, empreendendo esforços para uma abordagem ampla. Nesse ponto, a análise precisa identificar as estruturas dessa racionalidade que buscam, além dos ganhos econômicos, os ganhos de convicção que um determinado grupo induz ao comportamento do eleitor brasileiro. Seria simplista levar em conta apenas os aspectos racionais.

É preciso também compreender que essa tomada de decisão também passa por um processo psicológico do voto. A esse detalhe é importante estudar em quais condições psicológicas de engendramento de formação de preferências o indivíduo está posto. Indo além, é preciso explorar também a teoria psicossociológica do voto, compreendendo o meio social que o eleitor está posto e como o indivíduo processa essas informações no interior do seu agrupamento sociocultural.

Considerações Finais

Tendo em vista a complexidade de entender o eleitor como unidade de análise, seus aspectos unitários que compõem a sua estrutura de crenças, obtidos através do ecossistema que o indivíduo está inserido, as três correntes de pensamento nos ajudam a ter um maior arcabouço de metodologias de análise para compreender, de forma assertiva, como o eleitor forma as suas preferências pela escolha do voto.

O voto, talvez, seja um dos objetos de estudo mais complexos no campo da ciência política e da psicologia, uma vez que, aspectos como o meio ambiente sistêmico que as pessoas vivem, as redes sistêmicas, tais quais: a escola, os amigos, o trabalho, a igreja e demais templos religiosos, a visão de mundo da família, a educação recebida de pais e avós, tudo isso forma a personalidade política dos eleitores que, muito das vezes, formam a sua ideologia política ainda na infância e, a

escolha do voto, é apenas uma ancoragem do que foi assimilado no processo de construção do indivíduo.

É importante frisar que, utilizar de apenas uma variável independente para explicar o comportamento eleitoral pode, na maioria das vezes, deixar algumas lacunas para serem preenchidas com a utilização de outras correntes teóricas. Foi importante buscar nesse artigo, os principais argumentos.

No campo da teoria da escolha racional, o eleitor sempre buscará maximizar os seus interesses e agir de forma racional. Mas, não é porque ela tem o nome de racional que a escolha será àquela em que o eleitor mais se apoia. Muitas vezes e, com frequência, o voto útil, ao qual Downs chama de renda de utilidade, focará no menos pior.

Além do mais, com a crescente polarização, principalmente nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil, tem se evidenciado que as possíveis terceiras vias não se concretizam pois, do ponto de vista da teoria da escolha racional, para que um candidato que o eleitor tem maior rejeição não ganhar, ele abre mão da sua escolha de aptidão e passa apoiar um candidato com pouca identificação para não dar margem ou possibilidade do seu candidato com maior repulsa política vencer.

A teoria do voto econômico em muito se assemelha com a teoria da escolha racional, mas no sentido literal dos rendimentos financeiros do eleitor ou mesmo, do campo de visão política do eleitor em relação ao contexto econômico do país. O voto econômico nesse artigo buscou evidenciar como que o cidadão, ao avaliar a situação financeira em que a sua família se encontra, buscar endossar ou rejeitar um governo.

O cálculo é bem simples, à medida que o poder de compra do seu salário sofre uma corrosão monetária e o seu poder de compra diminui, ele passa a avaliar a atividade governamental como negativa e, a partir desta constatação, decide por uma mudança de atores. A eleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso exemplificou bem a partir da implantação do Plano Real, que estabilizou a inflação e aumentou o poder de compra dos brasileiros.

Ao mesmo passo, o final do seu governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), já com a economia em declínio, muito em razão das diversas crises que foram envolvidas, tais como a dos tigres asiáticos, levaram o eleitor a não sucessão pelo candidato tucano, José Serra (PSDB-SP). Na ocasião, os eleitores preferiram a eleição do candidato petista, Luís Inácio Lula da Silva, com forma de buscar uma mudança frente a situação financeiras que as famílias enfrentavam.

Portanto, muitos teóricos têm em comum acordo que a teoria do voto econômico talvez seja a de maior intensidade entre a população. Algo que, em 2018, evidenciou um antipetismo exacerbado em razão das denúncias envolvendo a Lava-Jato. Naquela ocasião, buscou-se por meio de um suposto outsider, a renovação buscando um certo arcabouço moral na escolha do voto. Mas, voltando ao ano de 2022, volta-se a discutir economia, preço dos combustíveis, inflação, desemprego, ou seja, a teoria do voto econômico volta à tona com muita força.

A teoria psicológica do voto vem explicar como fatores do meio social influenciam na formação das preferências do eleitor, a forma de ver o mundo, os valores que são gerados e que fazem se posicionar frente aos temas da agenda do candidato: aborto, educação, cidadania. Portanto, concluo este artigo com a

articulação dessas três correntes do pensamento teórico para explicar como o eleitor vota no Brasil e no mundo.

Referências

SENA, Kamilla Rafaely Rocha. Da representação democrática e sua legitimidade diante das manifestações populares de 2013 no Brasil. **Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas – UPB**. Medellín, COL, 2019: Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-38862018000200149&script=sci_abstract&lng=pt

FRANKLIN, Markin. The dynamics of electoral participation. Thousand Oaks CA: Sage, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/2412322_The_Dynamics_Of_Electoral_Participation

VEIGA, Luciana Fernandes; APARECIDO, Edinaldo Ribeiro; GIMENES, Eder Rodrigo. Comportamento político e opinião pública. Estudos sobre Brasil e América Latina. CPOP, Curitiba, PR, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/36327136/VEIGA_RIBEIRO_e_GIMENES_Comportamento_pol%C3%ADtico_e_opini%C3%A3o_p%C3%BAblica_pdf

FEREJOHN, Jhon; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. Conferência proferida no XXIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/hGtJL4TztNbKmTR9HgQswZQ/?lang=pt>

CARREIRÃO, Yan de Souza. Avaliação do governo e voto econômico. Lua Nova. São Paulo, SP, 1999.

CASTRO, Mônica Mata Machado. Sujeito e Estrutura no Comportamento Eleitoral. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, p. 7-19, Rio de Janeiro, RJ, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/20/rbcs20_01.pdf

LAU, Richard. & REDLAWSK, David. A new theory of voter decision making. University of New Jersey e University of Iowa. Publicado em **Cambridge University Press**, 2006. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/how-voters-decide/new-theory-of-voter-decision-making/85BAAD64771274BCE4D9271D78ADB4ED>.

OLIVEIRA, Adriano; GADELHA, Carlos; COSTA, Simara. Os resultados das pesquisas eleitorais influenciam as escolhas dos eleitores? **Em Debate**, v.8, n.3, p.14-27, maio. Belo Horizonte, MG, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3279>.

JABLONKSI, B. (2009). Psicologia social. Vozes, Petrópolis, RJ:

LEDUC, Lawrenci., NIEMI, Richard; NORRIS, Pipa. Comparing democracies 2: New challenges in the study of elections and voting. London: Sage, 2002. Disponível em: <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/comparing-democracies/book242129>

LEWIS-BECK, Michael Lewis Beck., JACOBY, William Jacob., NORPOTH, Helmut., WEISBERG, Herbert., & CONVERSE, Phillip Converse. The American Voter Revisited. **ANN ARBOR: University of Michigan Press**, Michigan, US, 2008.